

Pode o circuito inferior da economia urbana abrigar os famintos?



Livia Cangiano
Antipon

A pandemia de Covid-19 coloca a questão alimentar no centro do debate sobre as formações socioespaciais contemporâneas, seja no que se refere à organização dos sistemas alimentares, seja pelos alarmantes dados de aumento da fome, sobretudo nas periferias do Sul Global, caso do Brasil. Porém, é importante dizer que a fome aumentou mesmo antes de a crise sanitária se instalar no país, em março de 2020¹. Essa informação é relevante para compreendermos tal fenômeno em sua característica estrutural, como um produto da reprodução capitalista no espaço (RIBEIRO JUNIOR, 2021).

Diante disso, este texto discute os dados sobre fome e indicadores sociais anteriores à pandemia, refletindo acerca do aprofundamento da pobreza e da precarização do trabalho em São Luís (MA), capital do estado brasileiro com um dos maiores índices de fome e risco de fome. Sugere-se que tais aprofundamentos conformam e densificam uma economia organizada para a “sobrevivência” desses sujeitos empobrecidos nas metrópoles do Sul Global – sobretudo àquelas atividades organizadas em torno de um mercado popular de alimentação.

Esse mercado alimentar se enquadra em nossas investigações a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 1979), a qual entende a cidade como um sistema econômico formado por circuitos interdependentes e complementares. De um lado, o superior, resultado direto da modernização tecnológica e organizado por grandes empresas representativas de uma economia globalizada – como as grandes redes de distribuição e comercialização dos alimentos. De outro, o inferior, um mercado socialmente necessário (RIBEIRO, 2005), organizado por atividades de pequenas dimensões, trabalho intensivo e destinado às classes de menor renda, com característica de sobrevivência – vendinhas, quiosques e vendedores ambulantes, por exemplo.

Em 2017, mais da metade da população maranhense (52,4%) sobrevivia com menos de R\$ 406,00 por mês². Se o acesso ao alimento se dá principalmente por meio de compra e venda, fica evidente que a

Palavras-chave: Fome; Circuito Inferior da Economia Urbana; Mercado Popular de Alimentação; Pobreza Urbana; São Luís (MA).

1. Análise da segurança alimentar no Brasil. Pesquisa de Orçamento Familiares 2017- 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

2. IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

população do Estado já vivia, à época, em situação de vulnerabilidade alimentar. O último relatório publicado pelo IBGE³ sobre o assunto destaca o Maranhão como o estado em que 66,2% da população vivenciava, antes da pandemia, a fome ou o risco de fome – a maior porcentagem do Brasil.

Além disso, apenas 32,8% da população maranhense tinha acesso aos direitos básicos, como salário-mínimo, e a maioria também não era contemplada pelos mecanismos de proteção social, uma vez que as menores proporções de trabalho formal do Nordeste encontravam-se no Maranhão, Estado com o segundo menor rendimento médio mensal habitual da nação: R\$ 1.376⁴.

O salário-mínimo brasileiro, de fevereiro a dezembro de 2020, era de R\$ 1.045,00⁵. Em São Luís (RIBEIRO FILHO, 2020), os trabalhadores formais (22,32% da população), entre 2018 e o primeiro trimestre de 2020 ganhavam aproximadamente R\$ 1.462,00. Já a média salarial dos empregos informais nesse mesmo período, referentes a 20% da população de São Luís, foi de R\$ 2.532,00. Apesar de não haver informações oficiais sobre o valor da cesta básica na cidade, a média brasileira de gastos mensais com isso, em março de 2020, foi de R\$ 450,99⁶. Associando os dados nacionais sobre gastos com cestas básicas à análise dos salários dos trabalhadores formais e informais da população ludovicense, podemos afirmar que, para o trabalhador dessa cidade garantir sua sobrevivência, o ganho pelo seu labor deveria ser quatro vezes maior do que o mínimo estipulado⁷.

Diante de tamanho aprofundamento da pobreza no Brasil, do alto custo da sobrevivência básica e reconhecendo o papel das grandes cidades na contemporaneidade, sobretudo para os sujeitos mais empobrecidos, levantamos as seguintes questões: como essas pessoas sobrevivem? Quais formas elas encontram para acessar o alimento na cidade? Estariam elas cada vez mais inseridas nos circuitos econômicos próprios da pobreza urbana? Tais circuitos seriam responsáveis por dinamizar a circulação do alimento para os sujeitos periféricos, estando também relacionados com os demarcadores sociais da diferença (classe, raça, gênero)?

Vale ressaltar que, sobretudo nas grandes cidades, a rotina intensa de trabalho de boa parte dos trabalhadores, obriga que os mesmos tenham que se alimentar nas ruas. Tal movimento, somado à também necessidade de obtenção de renda por outra parcela trabalhadora da cidade, desencadeia o crescimento de instituições alimentares que se estruturam em forma de “abrigo” para esses sujeitos. Daí a proliferação de restaurantes, bares, ambulantes com carrinhos e caixas de isopor, vendinhas, mercados e quiosques voltados ao consumo popular. Isso aumenta em proporção direta com a ascensão de uma classe trabalhadora precarizada e faminta – tanto pela necessidade de reduzir os custos de reprodução nos locais de circulação cotidiana, o que inclui a busca por refeições mais baratas, quanto porque certos trabalhadores geram renda vendendo e distribuindo alimentos na urbe, o que reconhecemos como parte do circuito inferior da economia urbana (ANTIPON; CATAIA, 2018).

3. Idem, 2020.

4. Idem, 2017.

5. DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2020.

6. Ibidem.

7. O salário necessário, estipulado para março de 2020, foi de R\$4.366,51 (DIEESE, 2020).

Assim, o aprofundamento da pobreza estrutural, especialmente a partir de 2016⁸, potencializou determinado uso do Centro Histórico de São Luís com o adensamento dessas atividades. Estas se manifestam nos múltiplos pontos de comercialização popular de alimentos e conformam uma situação alimentar urbana composta por trabalhadores e fornecedores de comida aos trabalhadores dependentes desse circuito para manutenção de suas rotinas. São comercializadas refeições prontas, com predominância de ingredientes regionais (juçara, mandioca, bolo de aipim, tapioca com queijo e coco, café com leite e suco de frutas), bem como itens a serem preparados em casa.

Pesquisas documentais e dados secundários evidenciam o aumento da pauperização em território nacional, mas os trabalhos de campo também revelam os processos de empobrecimento e precarização do trabalho, somados às distintas maneiras cotidianas de sobrevivência nos interstícios do Centro Histórico de São Luís.

No trabalho de campo realizado em março de 2020, por exemplo, foi possível descobrir que as primeiras cestas básicas distribuídas em São Luís na pandemia de Covid-19 destinaram-se aos vendedores ambulantes, sobretudo os da alimentação. Mesmo diante do risco de exposição ao vírus, esses sujeitos continuaram a trabalhar no núcleo central da cidade, não raro envolvendo a família inteira para manter o negócio “e não correr o risco de morrer de fome”⁹.

A precariedade do trabalho é patente: muitos trabalhadores e trabalhadoras moram nas periferias de São Luís e realizam longos deslocamentos até o centro, muitas vezes em precários transportes coletivos. Se não podem pagar por estacionamentos para guardar seus equipamentos de trabalho (carrinho, estoque, botijão de gás etc.), retornam caminhando com seus pertences pelas velozes – portanto violentas – avenidas da cidade.

Cresce também a associação do circuito inferior da economia à concentração de ocupações urbanas nos casarões do Centro Histórico de São Luís, abrigo para parte desses trabalhadores. Averiguamos a origem de tais grupos: trata-se de migrantes da baixada ocidental maranhense e moradores das periferias da cidade, que veem no núcleo central uma oportunidade de gerar renda e reduzir seus custos de vida – buscam, majoritariamente, morar próximos aos seus locais de trabalho.

Tais ocupações, além de constituírem espaços de luta, são os lugares onde boa parte dos sujeitos que ali habitam – sobretudo as mulheres negras – preparam os alimentos a serem comercializados no Centro Histórico.

Revela-se, dessa maneira, o papel fundamental de diversos sujeitos no espaço urbano, cujo trabalho de alimentar a cidade se concretiza a partir da luta pela moradia popular. Suas práticas alimentares domésticas e cotidianas se reproduzem tanto como atividade econômica, de sobrevivência, quanto como um movimento de resistência contra a escassez vivenciada por trabalhadoras e trabalhadores precarizados.

Assim, o circuito inferior da economia, ao abrigar a pobreza urbana das metrópoles, revela a realidade dos sujeitos que travam uma batalha diária para existirem em seus lugares, buscando os recursos mínimos que garantam sua sobrevivência em mercados populares, sobretudo neste grave período de aprofundamento da fome em território nacional.

8. Cf. IBGE (2017) e ANÁLISE... (2020). É evidente o quanto o golpe político institucional de 2016 alterou as estruturas econômicas do país.

9. Fala de um dos trabalhadores entrevistados na ocasião.

Referências

ANTIPON, L. C.; CATAIA, M. A. Mercado socialmente necessário e situação alimentar em Campinas: território, desigualdade e resistência. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 591-606, 2018.

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, C. A. (org.). **Formas em Crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

RIBEIRO FILHO, W. F. (ed.). **Boletim de conjuntura do município de São Luís**. São Luís: DIIE: SEPLAN, 2020. v. 1.

RIBEIRO JUNIOR, J. R. S. A fome como processo e a reprodução social capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 105, p. 15-39, 2021.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1979.

